

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.045 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2000

Plenário vota amanhã normas de combate à poluição das águas

Projeto que tramita em regime de urgência impõe multas que podem chegar a R\$ 50 milhões para os responsáveis por vazamentos de petróleo e derivados nos mananciais sob jurisdição nacional



Osmar Dias



Lúcio Alcântara



CI investiga vazamento da Petrobras

PÁGINA 3

Projeto de lei que disciplina a prevenção e o controle da poluição causada por lançamento de petróleo, seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional deverá ser votado pelo Plenário do Senado na sessão de amanhã. O regime de urgência para tramitação da proposta foi aprovado após o vazamento de petróleo na baía de Guanabara.

PÁGINA 3

Projeto que pune poluição das águas já recebeu pareceres favoráveis de Osmar Dias, na CAS. Lúcio Alcântara, pela CCJ, pretende apresentar substitutivo em Plenário

CAE

Vasp e Transbrasil explicam dívidas e proposta de fusão

Na próxima quarta-feira, às 17h, os presidentes da Vasp, Wagner Canhedo, e da Transbrasil, Paulo Enrique Coco, vêm debater com os senadores. Amanhã, em outra reunião, CAE analisa proposta que unifica as alíquotas dos impostos cobrados através do Simples.

PÁGINA 4



Eduardo Suplicy, autor do requerimento para audiência com os dois empresários



Álvaro Dias apresentou projeto para unificar os impostos do Simples



Bornhausen: 53 artigos para estabelecer "relação de igualdade" entre contribuinte e o fisco

CCJ APRECIA AMANHÃ PROPOSTA DE CÓDIGO DO CONTRIBUINTE

Projeto de lei complementar do senador Jorge Bornhausen será votado em reunião extraordinária da comissão.

PÁGINA 2

CAS

PROJETO BENEFICIA DEFICIENTES FÍSICOS

Comissão de Assuntos Sociais vota na quarta-feira projeto do senador Geraldo Cândido que visa facilitar o acesso dos deficientes a espaços públicos, transporte, comunicação e edifícios.



Senador Geraldo Cândido

PÁGINA 4

CCJ vota amanhã projeto do Código do Contribuinte

Objetivo é permitir que quem paga impostos tenha uma "relação de igualdade" com o fisco

Em reunião extraordinária, convocada para amanhã à tarde, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá votar o projeto de lei complementar do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui o Código de Defesa do Contribuinte. O objetivo da proposta é permitir que os contribuintes "tenham uma relação de igualdade" com o fisco, estabelecendo obrigações das autoridades fazendárias no tratamento com pessoas



Jorge Bornhausen é o autor do projeto de lei complementar

— Se aprovado, o código abrirá uma nova página na história da cidadania no país, pois acaba com todas as formas de coação do contribuinte, o qual tem de ser tratado com boa-fé pelos servidores fazendários — sustenta Bornhausen na defesa do projeto de lei. A proposta é relatada pelo senador Edilson Lobão (PFL-MA), que já se manifestou favoravelmente em seu parecer.

Em 53 artigos, entre outras coisas o código proíbe que fiscais possam fechar

qualquer estabelecimento de comércio ou indústria ou se façam acompanhar de força policial em seu trabalho, exceto se houver autorização de um juiz. Um dos seus artigos impede que as secretarias de Fazenda dos estados e dos municípios publiquem listas de contribuintes em débito, por causa dos prejuízos morais e financeiros que isso provoca — o que muitas vezes leva uma firma à falência.

De acordo com o projeto, os órgãos fazendários terão que responder em 30 dias as reclamações de contribuintes em processos. Os fiscais só poderão autuar uma empresa ou contribuinte pessoa física se tiverem alertado sobre o problema com pelo menos cinco dias de antecedência. As diligências nunca poderão passar de 90 dias e os contribuintes terão direito a receber cópias e explicações de qualquer processo na área fazendária. Nenhum contribuinte será obrigado a fazer pagamento para ter o "direito de reclamar".

Rede do SUS poderá fazer exame de DNA gratuito

O Sistema Único de Saúde (SUS) pagará qualquer exame de código genético (DNA) para verificação de paternidade, desde que ele seja necessário para o reconhecimento de filhos de mães de baixa renda. Esta determinação consta de projeto que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará na quarta-feira, em reunião ordinária que começará às 10h.

De autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), o projeto conta com parecer favorável da relatora, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES). Geraldo Cândido sustenta que os altos preços cobrados pelos laboratórios particulares para os exames de DNA impedem que milhares de crianças e adolescentes tenham pais reconhecidos. Para ele, a Constituição

respalda seu projeto, ao prever igualdade de direitos para filhos nascidos ou não da relação de casamento.

Na mesma reunião, a CCJ debaterá projeto de lei que prorroga a isenção ou redução de IPI para empresas do setor de informática que executem projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A total isenção do imposto, concedida de outubro de 92 a 29 de outubro do ano passado, será prorrogada até 31 de dezembro próximo. A partir daí, haverá apenas redução do IPI, a qual vai diminuindo até acabar no primeiro dia do ano 2.010, conforme o projeto. O relator, senador José Jorge (PFL-PE), apresentou várias emendas à proposta, inclusive para beneficiar as pequenas e médias empresas.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 37/96, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de petróleo e seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional; *PR nº 11/2000, que autoriza a União a contratar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Dívida da República de Moçambique com o Brasil, no valor equivalente a US\$ 150,8 milhões, com base na Ata de Entendimentos de 21.11.96, celebrada no âmbito do chamado Clube de Paris; *PR nº 12/2000, que autoriza a prefeitura municipal de Cachoeirinha (RS) a contratar operação de crédito junto ao Fundopimes, cuja órgão gestor é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), no valor de R\$ 2 milhões, destinada a financiamento de investimento em infra-estrutura urbana; e *PDL nº 128/99, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação João Paulo II para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cachoeira Paulista (SP).

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 24/99, dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); *PDL nº 140/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à JPB Empresa Jornalística Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lages (SC); *PDL nº 52/99, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Aparecida (SP); *Requerimento nº 784/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 630/99 com os PLS nºs 391 e 399, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; e *Requerimento nº 790/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 332/99, de sua autoria.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); *Requerimento nº 771/99, do senador José Eduardo Dutra, solicitando que sobre o PLS 522/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; e *Requerimento nº 794/99, do senador Gilvam Borges, solicitando que sobre o PLS nº 510/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 1ª parte — entre outros itens, *PLS nº 215/97, que acrescenta parágrafo ao art. 463 da CLT, que assegura ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; *PLS nº 258/95, que cria área de livre comércio em Brasília (DF); *PLS nº 573/99, que altera dispositivos da Lei nº 9.427/96, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; *PLS nº 604/99, que dispõe sobre a alíquota aplicável à receita bruta mensal da microempresa inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Imposto e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), de que trata a Lei nº 9.317/96; *PLS nº 72/99, que revoga o caput do art. 83 da Lei nº 9.430/96; *Mensagens nº 62/2000 e nº 63/2000, que propõem ao Senado autorizar a contratação de operação de crédito externo entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinada ao financiamento de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela Carl Zeiss Jena GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; e *Mensagem nº 253/99, que propõe a elevação temporária do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com o Banco JBCI — Export, Import Bank of Japan e a Marubeni, no valor de 6,8 bilhões de reais, a fim de que possa dar continuidade ao processo de modernização, referente ao Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (Paste).

2ª parte — Audiência pública destinada a instruir o *PLC nº 4/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Convidados: os presidentes da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, conselheiro Flávio Regis Xavier de Moura e Castro, e da União Nacional dos Legislativos, deputado Miguel Martine. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: Entre outros itens, *PLC nº 59/99, que institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; *PLS nº 286/99, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão e fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta; *PLS nº 228/99, que dispõe sobre a unificação dos vestíveis nas universidades federais; *PLS nº 615/99, que altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e *PLS nº 395/99, que dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos — estudantes ou profissionais — no valor do ingresso em espetáculos musicais. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

15h — Comissão Mista para analisar a *Medida Provisória nº 1.972-10, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante.

Pauta: Audiência pública com o diretor do Fies, Floriano Antônio Pisaro. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h — Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 12/2000-CAE, de autoria do senador Eduardo Suplicy, dos presidentes da Vasp, Wagner Canhedo, e da Transbrasil, Paulo Enrique Coca, sobre a atual situação das empresas aéreas, seus compromissos financeiros perante os organismos da União e sobre os possíveis acordos de fusão entre essas empresas ou entre empresas aéreas internacionais. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com a finalidade de apresentar a estrutura e funções da Agência Nacional de Saúde e a legislação dos planos e seguros de saúde. Convidados: Januário Montone, João Luís Barroca André e Maria Estella Gregori, dirigentes da Agência Nacional de Saúde. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Após a Ordem do Dia — Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e garantias do contribuinte. *Ala Senador Alexandre Costa — 3*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Entre outros itens, *PLS nº 92/99, que altera a Lei nº 9.068, de 18.2.98, que dispõe sobre o trabalho voluntário; emenda oferecida no turno suplementar ao substitutivo do *PLS nº 112/99, que altera a redação dos arts. 25, 26, 71 e 73 da Lei nº 8.213, de 24.7.91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estendendo o salário maternidade à trabalhadora autônoma; *PLC nº 31/95, que dá nova redação ao § 1º do art. 239 da Consolidação das Leis Trabalho; *PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; *PLS nº 530/99, que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; *PLS nº 388/99, que altera o artigo 57 da Lei nº 6.360, de 23.9.76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos; *PLS nº 660/99, que torna obrigatória concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física; e *PLC nº 73/96, que revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Entre outros itens, *PLS nº 184/99, que dispõe sobre isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos; *PLS nº 109/99, que altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional; *PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; emendas de plenário de nºs 2 a 4 ao *PLS nº 23/98, que autoriza o Poder Executivo a incluir municípios de Minas Gerais situados no Entorno do Distrito Federal na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal; *PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90; *PLS nº 205/99 (terminativo), que acrescenta parágrafo 1º ao artigo 9º da Lei nº 4.591/64; *PLS nº 268/99 (terminativo), que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; e *PLS nº 327/99, que dispõe sobre a gratuidade da realização de exames de código genético (DNA) para instruir processos de reconhecimento de paternidade. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Controle de poluição das águas vai a Plenário

Proposta obriga empresas proprietárias de plataformas e portos a elaborarem manuais de riscos e planos de emergência para combater efeitos da descarga de materiais nocivos e perigosos. Infratores estarão sujeitos a multas

Um mês depois de passar a tramitar em regime de urgência, entra em pauta amanhã, no Plenário do Senado, o projeto de lei que disciplina a prevenção e o controle da poluição causada por lançamento de petróleo, seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional. Caso o texto seja aprovado, os responsáveis passarão a ser punidos com multas que vão de R\$ 7 mil a R\$ 50 milhões, além de outras sanções administrativas e penais.

O projeto foi incluído na pauta da convocação extraordinária, logo após a chegada ao Congresso Nacional de mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso solicitando que a proposta tramitasse em regime de urgência constitucional. O pedido seguiu-se ao vazamento de petróleo ocorrido na baía de Guanabara, após acidente com um duto operado pela Petrobras. O Senado precisa se pronunciar sobre a proposta no prazo de 45 dias a partir da chegada da mensagem presidencial.

O texto já conta com parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), elaborado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR). E o relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), deverá apre-

sentar diretamente em Plenário o seu parecer, que prevê a adoção de um substitutivo destinado a atualizar a proposta original, submetida pelo Poder Executivo ao Congresso em 1992 e enviada ao Senado em 1996, depois de ser aprovada pela Câmara.

Segundo o substitutivo, independentemente de prévia autorização e de pagamento de multa, a entidade exploradora de porto organizado ou de instalação portuária, o proprietário ou operador de plataforma ou de navio e empresa autorizada a exercer atividade petrolífera, responsáveis por descarga de material poluente em águas sob jurisdição nacional, ficam obrigados a ressarcir aos órgãos competentes pelas despesas efetuadas para o controle da poluição causada. Definem-se como de jurisdição nacional as águas marítimas e as interiores, como as dos portos, baías, rios e lagos.

“Dentro dos limites das águas sob jurisdição nacional ainda carecia o Brasil de normas próprias, voltadas para a prevenção, controle e fiscalização da poluição decorrente de lançamento de petróleo e seus derivados e de outras substâncias nocivas, por navios, portos, plataformas e outras instalações”, afirma Alcântara em seu relatório.

De acordo com o texto a ser apre-



O Plenário analisa a primeira legislação voltada para a prevenção e o controle da poluição das águas

ciado pelos senadores, todo porto organizado, instalação portuária e plataforma disporão obrigatoriamente de instalações ou meios adequados para o recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos e para o combate da poluição. As entidades exploradoras de portos e os proprietários ou operadores de plataformas deverão ainda elaborar manual de procedimento para o gerenciamento de riscos, além de contarem com planos de emergência individuais para o combate à po-

lução por óleo e substâncias nocivas ou perigosas. Será aplicada multa aos responsáveis pelo descumprimento dessas normas.

Todo navio que transportar substância nociva ou perigosa deverá, segundo o projeto, ter a bordo um livro de registro de carga, que poderá ser requisitado pela autoridade marítima, pelo órgão ambiental competente e pelo órgão regulador da indústria do petróleo. O livro contará com informações a respei-

to de carregamentos, descarregamentos e limpeza dos tanques de carga. Caso contrário, estabelece a proposta, o navio será retido até que a situação seja regularizada. Como afirma Osmar Dias no parecer aprovado pela CAS, a poluição marítima não decorre apenas de acidentes. “A maioria dos lançamentos decorre de vazamentos nas operações de carga e descarga e de lavagem de tanques dos navios”, registra o senador.

Subcomissão investiga vazamento

Os integrantes da subcomissão destinada a apurar as causas e conseqüências do desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo da refinaria de Duque de Caxias, da Petrobras, na baía de Guanabara, viajam ao Rio em março para visitar a empresa e tomar conhecimento das ações de reparo e de contenção do acidente ecológico. A subcomissão foi instalada na quinta-feira na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Os membros da subcomissão, que é presidida pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), terão ainda uma reunião com o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro para ouvir representantes do governo e de orga-

nizações não governamentais. Além disso, os senadores deverão visitar o local do acidente.

SEMINÁRIO

Ainda em março, a CI, presidida pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS), realiza seminário, a partir de proposta do senador Paulo Souto (PFL-BA), sobre o manejo e os riscos da carência de

recursos hídricos. O seminário, intitulado “Águas 2000 – Qualidade e Desenvolvimento”, deverá acontecer no dia 22, quando se comemora o Dia Mundial das Águas, e tem por objetivo despertar a atenção da sociedade e dos parlamentares para um problema de interesse de toda a comunidade internacional.



A investigação foi decidida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Reestruturação de dívida será apreciada

O Senado deverá votar amanhã autorização para que a União contrate operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Dívida da República de Moçambique para com o Brasil, no valor equivalente a US\$ 150,8 milhões. Também deve ser examinado pedido de autorização da prefeitura de Cachoeirinha (RS) para a contratação de financiamento junto ao Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social (Fundopimes), gerido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 2 milhões, a serem aplicados na infra-estrutura municipal.

Na quarta-feira, tem início o prazo regimental de cinco sessões

ordinárias para discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a filhos de brasileiros nascidos no exterior optarem pela nacionalidade brasileira, após atingirem a maioria, desde que sejam registrados nos consulados. Segundo o autor da PEC, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é injusta a situação dos filhos de brasileiros que ficam sem a proteção da ordem jurídica brasileira.

O Senado ainda discute, em turno único, concessão de rádio e TV à Fundação João Paulo II, sediada em Cachoeira Paulista (SP), com fins exclusivamente educativos, e renovações de permissão para as rádios JPB, em Lages (SC), e Fundação Nossa senhora Aparecida, em Aparecida (SP).

Presidentes da Vasp e da Transbrasil falam na CAE

Em audiência pública marcada para a próxima quarta-feira, eles serão ouvidos pelos senadores a respeito das dívidas que as duas empresas mantêm junto ao governo e sobre negociações em torno de fusão de companhias aéreas

Os presidentes da Vasp, Wagner Canhedo, e da Transbrasil, Paulo Enrique Coco, participam nesta quarta-feira, às 17 horas, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Eles vão falar sobre os compromissos financeiros dessas empresas junto à União e sobre possíveis acordos de fusão, entre elas ou envolvendo empresas aéreas internacionais. O requerimento de audiência com os dois empresários é de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Amanhã, a comissão analisa projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que unifica as alíquotas dos impostos cobrados das microempresas através do Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos). A legislação atual estabeleceu cobrança escalonada para as empresas com faturamento até R\$ 240 mil anuais. Em

presas que faturam até R\$ 60 mil pagam 3% do faturamento; de R\$ 60 mil a R\$ 90 mil, 4%; de R\$ 90 mil a R\$ 120 mil, 5%; e de R\$ 120 mil a R\$ 240 mil, 5,4%. Segundo Álvaro Dias, essa fórmula inibe o crescimento das microempresas, e pode levar à sonegação.

— A obrigatoriedade de reenquadramento em nova faixa de tributação acaba por funcionar como poderoso desestimulante ao crescimento da empresa, induzindo ao nanismo, ou, muitas vezes à sonegação — afirmou o parlamentar.

Pela proposta de Álvaro Dias, seria criada uma única tributação de 3% para as empresas com faturamento anual até R\$ 244 mil. A proposta também altera as demais faixas de tributação, fixadas para empresas de pequeno porte de forma a corrigir a defasagem dos valores de faturamento estabelecidos em 1996.



A Comissão de Assuntos Econômicos deve apreciar amanhã projeto que unifica as alíquotas do Simples

— Os valores de faturamento fixados em 96, como balizadores da taxaço do Simples, estão defasados, não só em razão da inflação, ainda que pequena, ocorrida desde então, mas também pela mudança da política cambial verificada no início de 99 — argumentou.

A pauta da CAE prevê tam-

bém a votação de outros 11 itens. Entre eles, o projeto que permite ao empregado escolher o banco onde quer ver depositado o seu salário e o que estende a todos os tipos de aproveitamento energético de pequena potência os benefícios que são atualmente concedidos

às pequenas centrais elétricas.

Logo após a votação destes itens, os senadores participam de audiência pública sobre o projeto de lei de responsabilidade fiscal, com a presença dos representantes da Confederação Nacional dos Municípios e da Associação dos Tribunais de Contas.



O senador Romeu Tuma foi eleito para presidir a comissão que analisa a MP do Fundo de Financiamento ao Estudante

Comissão mista debate novas regras propostas para o crédito educativo

A comissão mista especial destinada a examinar a medida provisória (MP) que institui o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) marcou audiência pública para amanhã, às 15h, quando ouvirá exposição do diretor do fundo, Floriano Antônio Pisaro.

Os membros da comissão pretendem aprofundar a discussão sobre o crédito educativo em três audiências consecutivas, ouvindo os representantes do governo, das instituições universitárias

e estudantis e os agentes financeiros do governo.

A comissão foi instalada na última terça-feira, elegendo os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) para presidente e o deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS) para relator da matéria.

Na oportunidade, os senadores aprovaram ainda o parecer do relator pela admissibilidade da matéria e definiram o cronograma de trabalho da comissão.

A audiência pública será realizada na Ala Senador Nilo Coelho, sala 2.

CAS examina normas que facilitam a mobilidade de portadores de deficiência

A melhoria do cotidiano das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida é o tema de projeto, de iniciativa do Executivo, que será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em reunião marcada para a próxima quarta-feira.

O projeto, que tem como relator o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), regulamenta dis-

positivo constitucional referente às normas que visam facilitar o acesso dos deficientes a espaços públicos, meios de transporte e de comunicação, edifícios e mobiliário urbano.

Geraldo Cândido destaca que o objetivo do projeto é dar dignidade ao deficiente físico. Desde a Constituição de 88, observa, já estavam previstas normas específicas para a construção de prédios e logradouros públicos adaptados aos portadores de deficiência, mas a matéria não foi regulamentada. Em decisão terminativa, a CAS



A CAS também discutirá a nova estrutura e as funções da Agência Nacional de Saúde

também examina na quarta-feira substitutivo do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) a projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que torna obrigatória a concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física.

A pauta da CAS, que tem no total 11 itens, inclui ainda a análise de outros três projetos de iniciativa da Câmara. Um deles visa equiparar a atividade de peão-de-rodeio à de atleta profissional. Três projetos do senador Tião Viana (PT-AC) estão na pauta da comissão. Entre eles, o que trata da cria-

ção do Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B.

SAÚDE

Amanhã, a CAS promove audiência pública com o objetivo de apresentar a estrutura e as funções da Agência Nacional de Saúde e a legislação dos planos e seguros de saúde. Participam da reunião o presidente da agência, Januário Montone, e dois diretores, João Luís Barroca Andréa e Maria Estella Gregori. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) foi o autor do requerimento para a realização da audiência.

Luzia defende regulamentação de direitos dos deficientes

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) alertou para a necessidade de o Congresso Nacional apressar a discussão sobre a regulamentação dos artigos da Constituição que tratam da integração das pessoas portadoras de deficiência na vida comunitária. Ela defendeu a participação da União, estados e municípios para que a sociedade seja mobilizada e melhor esclarecida sobre a legislação já existente a respeito do assunto.

— Que esse processo não peque pelo paternalismo, que inibe as ações da sociedade, nem pela arrogância, que pressupõe o saber nas mãos de uns poucos iluminados, normalmente ancorados na burocracia estatal. Uma sociedade que foi capaz de construir as associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e os institutos Pestalozzi, seguramente tem muito a dizer — disse Luzia Toledo.

Na opinião da senadora, somente com a cooperação entre sociedade e poder público será possível avançar nas conquistas, sem correr o risco de gastar dinheiro público em obras inúteis ou de pouca validade para os portadores de deficiência. Luzia Toledo acrescentou que através da união será possível acabar com ruas esburacadas, calçadas quebradas e com degraus, edifícios projetados sem cuidados especiais e outros equipamentos que se constituem em obstáculos para a livre circulação dos portadores de deficiência.

A senadora lembrou que, apesar de a Constituição de 1988 ter inovado em termos de direitos individuais e sociais, ainda existe muito a ser feito. Ela frisou que não se pode deixar que as conquistas, como os direitos adquiridos pelas pessoas portadoras de deficiência, “se transformem em letra morta”.



Luzia Toledo lembrou que, apesar das inovações da Constituição, ainda existe muito a ser feito

CAE ouvirá municípios sobre Lei de Responsabilidade Fiscal

Relator da proposta, senador Jefferson Péres pretende avaliar as conseqüências imediatas da nova legislação

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator na Comissão de Assuntos Econômicos do projeto que cria a Lei de Responsabilidade Fiscal, pretende ouvir nesta semana representantes de prefeitos, câmaras de vereadores e tribunais de contas sobre as conseqüências imediatas da nova legislação. Muitos prefeitos vêm argumentando que o projeto contém exigências de difícil cumprimento a curto prazo.

— Há quem afirme que os cortes serão tão drásticos que provocarão até mesmo a demissão de funcionários e ainda afetarão projetos sociais. Não sei se há ou não exagero nisso — observou o senador.

Jefferson não quer apresentar ou aceitar emendas que alterem a estrutura do projeto. No entanto, adiantou, apontará todos os problemas que encontrou na proposta, para que os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos decidam se as falhas devem ser corrigidas, agora ou mais tarde, em outro projeto.

— Trata-se praticamente de um “Código de Finanças Públicas”, algo importante para o saneamento de contas públicas em todo o país, mas certamente contém falhas. É sobre isso que vamos interrogar os representantes de prefeitos e tribunais na audiência pública — acrescentou.

O próprio Jefferson Péres já



Comissão de Assuntos Econômicos deve votar o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal após o dia 20 de março

identificou alguns problemas no projeto, entre eles os percentuais de gastos máximos dos municípios com suas câmaras legislativas. A proposta de Lei de Responsabilidade Fiscal afirma que o gasto de pessoal com os legislativos municipais não poderá passar de 6% de toda a folha salarial do município. Recentemente, o Congresso aprovou uma emenda constitucional fixando limites de 5% a 8% (dependendo do número de habitantes), mas tendo como base a receita municipal. Em princípio, o senador acha que deve prevalecer “o limite mais restritivo”.

Os debates em torno do projeto na audiência pública, de acordo com o senador, devem se concentrar no artigo que fixa prazos para o cumprimento de metas fiscais — a proposta determina que os orçamentos têm de trabalhar com superávit pri-

mário (sem pagamento de juros de dívidas). Se cumprida a exigência, as dívidas dos estados, municípios e União tendem a se reduzir com o tempo. “Os prefeitos alegam que receberam heranças muito ruins, com dívidas enormes, de difícil pagamento, e por isso acham que precisam de tempo para colocar as finanças em ordem”, observa Jefferson Péres.

O projeto que cria a Lei de Responsabilidade Fiscal já obteve parecer favorável, na semana passada, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR). A votação da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos não deverá ocorrer antes de 20 de março, de acordo com previsão feita por seu presidente, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).



Lúcio Alcântara acredita que descentralização pode fazer avançar o processo de reforma agrária

Alcântara quer participação dos estados na reforma agrária

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a descentralização da reforma agrária como forma de fazer avançar o processo em todo o país. Na opinião do senador, à União deveriam caber a formulação da política, a desapropriação das terras e o crédito, enquanto os estados e municípios ficariam responsáveis pela infra-estrutura física e social dos projetos de assentamento.

Lúcio Alcântara citou como exemplo o trabalho desenvolvido pelo governo do Ceará, por meio do Instituto de Desenvolvimento Agrário, ligado à Secretaria do Desenvolvimento Rural. Segundo o senador, esse trabalho, descentralizado, foi determinante para o processo de reforma agrária no estado e no país, a partir da criação do projeto Reforma Agrária Solidária, hoje desenvolvido pelo governo federal através dos programas Cédula da Terra e Banco da Terra.

De acordo com dados do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, citados pelo senador, o grande avanço da reforma agrária no estado deve-se ao processo de descentralização decorrente do programa Reforma Agrária Solidária, a partir de 1997. Ele apontou, entre os aspectos que permitiram esse avanço, a negociação direta entre proprietários e trabalhadores na obtenção de terras, atuando o instituto como facilitador.

Lúcio Alcântara também destacou a forma como o estado vem negociando os conflitos pela posse da terra, beneficiando as comunidades envolvidas e evitando a execução de ações de reintegração de posse que visem a retirada de famílias das áreas ocupadas. Outra questão atacada pelo estado, afirmou, é a sustentabilidade socioeconômica dos projetos. O governo busca assegurar infra-estrutura produtiva e social, investir na alfabetização e na capacitação dos assentados para gerirem suas áreas, explicou.

UM RESUMO DO PROJETO



Proíbe aumentos salariais seis meses antes do fim do mandato de prefeito, governador e presidente da República.

Municípios e estados não podem gastar com pessoal mais de 60% de suas receitas.

Para que haja aumento de salário, deve ocorrer crescimento da arrecadação.



Nos oito meses que antecedem as eleições, não se poderá iniciar obra, exceto se a conclusão ocorrer no mesmo mandato.

Estados, municípios e União devem estabelecer metas fiscais para três anos. As contas devem fechar o ano com superávit primário (fora juros).

Ficam impedidos os refinanciamentos de dívidas entre União, estados e municípios.



Incentivo fiscal só poderá ser concedido se houver aumento de receita.

A nova lei impede o Banco Central de emitir títulos públicos. Só o Tesouro terá essa função.

Dinheiro público não poderá ser usado para salvar banco.



Lúdio Coelho apontou Saldanha Derzi como "uma referência para todos os políticos"

Lúdio Coelho lembra atuação política de Saldanha Derzi

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) lembrou o ex-senador Rachid Saldanha Derzi, que "atuou na política em uma época muito difícil, sem as facilidades de hoje, e ainda assim, em seus 50 anos de vida pública, conseguiu ser uma referência para todos os políticos de sua geração e para as seguintes". Ele rememorou a vida do ex-senador, falecido no último dia 10 de fevereiro, aos 82 anos, em Campo Grande (MS).

Lúdio destacou os mandatos que Derzi cumpriu no Congresso, quatro vezes como deputado federal e três como senador, num total de 40 anos de vida parlamentar, tendo atuado como líder político e presidente de comissões permanentes. Derzi também foi vereador e duas vezes prefeito de Ponta Porã, município de Mato Grosso do Sul.

— Ele foi um campeão de eleições, venceu quase todas em que concorreu e exerceu seus mandatos como um artista, mantendo-se na política com elevada aprovação da população mato-grossense — afirmou o senador.

Lúdio Coelho descreveu o convívio estreito que manteve com o homenageado, lembrando que Derzi, além do exercício parlamentar, contribuiu para o desenvolvimento de seu estado desempenhando a atividade de produtor rural, tendo sido um dos primeiros criadores da raça de gado nelore na região. Ele enviou suas condolências à família do ex-senador, em especial à viúva, dona Edwiges, e aos filhos, o deputado federal Flávio Derzi e o empresário Carlos Magno.

— A população de Mato Grosso do Sul está triste, pois foi uma grande perda — lamentou Lúdio Coelho ao concluir seu discurso.

Mauro pede prioridade para habitação popular

Senador defende a mobilização de setores do governo na formulação de novos instrumentos que amenizem o problema

A construção de moradias populares deve ser adotada como a primeira das prioridades das políticas sociais. A opinião é do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que lamentou que os bancos estejam destinando apenas 30% dos recursos da poupança para financiamentos habitacionais. Segundo ele, isso explica o fato de o país apresentar um déficit de 12 milhões de moradias.

— É preciso mobilizar os setores do governo na discussão e na formulação de novos instrumentos que amenizem o drama da moradia. E esses setores devem abrir-se ao debate com o Congresso, com a sociedade e com os formadores de opinião — sugeriu o senador.

Na opinião de Mauro Miranda, além do governo, os parlamentares devem atentar para a questão, de maneira a cumprir o preceito constitucional que prevê o direito à moradia para todo cidadão brasileiro. O senador é autor de emen-



Mauro Miranda afirma que é preciso estimular a pesquisa em busca de materiais mais baratos para a construção

da constitucional nesse sentido, recentemente promulgada.

DESATIVAÇÃO

Mauro elogiou editorial publicado no *Jornal do Brasil* do último dia 21 cobrando "políticas objetivas do governo para realizar o sonho de milhões de famílias".

O editorial, observou o senador, também frisa que, desde a desativação do Banco Nacional de Habitação, nada similar foi concebido para ocupar o seu lugar.

Neste sentido, o senador reconheceu o esforço que a Caixa Econômica Federal tem feito para preencher essa lacuna. "A CEF tem andado praticamente sozinha nessa caminhada lenta e descontínua dos poderes públicos, em benefício da moradia, mas é preciso colocá-la na sua verdadeira dimensão, como operadora de políticas oficiais", acrescentou.

O senador disse ainda que é necessário ouvir e estimular o setor privado e os setores de pesquisa das universidades na busca de soluções criativas que barateiem os custos de construção.



Edison Lobão compara instalações dos TRES do Distrito Federal e do Maranhão

Lobão aponta má distribuição de recursos para equipar TRES

Um tratamento mais igualitário na distribuição de recursos governamentais para o aparelhamento e funcionamento da Justiça Eleitoral nos estados foi defendido na sexta-feira pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). O parlamentar citou como exemplo de disparidade na distribuição de recursos o fato de o Tribunal Eleitoral do Distrito Federal, que atende a um milhão de eleitores, funcionar em um prédio "suntuoso" de sete andares, com área de 15 mil metros quadrados, enquanto o tribunal do Maranhão, que atende a 2,5 milhões de eleitores, funciona, precariamente, numa área de três mil metros quadrados.

— Não quero criticar o prédio do TRE-DF, mas sim festejar sua inauguração. É uma edificação digna da Justiça Eleitoral. Mas isso demonstra as injustiças que ainda existem no país e no mundo, cheios de desigualdades transparentes. Se foi possível fazer o prédio do TRE-DF, também devem ser disponibilizados recursos para o TRE-MA. Devemos ter um tratamento igualitário — afirmou.

Edison Lobão registrou o "verdadeiro calvário" que vivem hoje ministros e juízes eleitorais na busca por recursos para manter e melhorar o funcionamento dos tribunais eleitorais estaduais, sobretudo para sua informatização. Ele informou que juízes eleitorais do Maranhão estiveram recentemente em Brasília, na tentativa de obter da Comissão de Orçamento a não redução da verba solicitada de R\$ 900 mil para apenas R\$ 50 mil, "mas, infelizmente, não conseguiram sucesso".

Sérgio Machado denuncia agressão contra equipe do jornal *O Povo*

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) manifestou sua indignação com o que chamou de "atos de barbárie" cometidos pelo prefeito do município de Hidrolândia (CE), Luís Antônio de Farias, do PFL, que investiu contra uma equipe de reportagem do jornal *O Povo*, dando socos e pontapés no fotógrafo Marcos Studart e no motorista Valdir Gomes de Soares.

As agressões, segundo o senador, aconteceram quando a equipe de *O Povo* apurava denúncias de violência contra desafetos do prefeito, superfaturamento de compras, uso de notas fiscais frias, entrega de cestas básicas somente com a apresentação do título de eleitor e proibição de que postos de saúde atendam seus supostos adversários.

— Antes de ser surpreendido pela fúria insana do prefeito, *O Povo* já havia colhido o depoimento de 40 pessoas que teriam sido agredidas pelo chefe do Executivo municipal de Hidrolândia — disse.

Ele considerou a atitude do prefeito "completamente deplorável sob todos os prismas do bom senso, da ética, da retidão de caráter, da responsabilidade e da sanidade mental".

Segundo Machado, as vítimas



Sérgio Machado informou que os jornalistas foram agredidos quando investigavam denúncias contra prefeito

sofreram cortes e hematomas nos braços, peito, pernas e cabeça, depois que o prefeito, auxiliado por dois ajudantes, comandou as sessões de espancamento e tortura. O senador citou a Declaração de Chapultepec, documento assinado pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), que diz: "Uma imprensa livre é condição fundamental para que as sociedades resolvam seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação".

— O Senado tem o dever de manifestar sua indignação a quaisquer atos que contribuam para a violência e impunidade dos agressores que ameacem as liberdades de expressão e de imprensa — observou o senador, ao se solidarizar com a direção e a redação do jornal.

Quintanilha defende na TV projeto para prevenir acidentes com gás

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defende, em entrevista à TV Senado, projeto de lei de sua autoria que obriga os estabelecimentos que tenham grande afluência de público a fazerem uso de um sensor que detecte o vazamento de gás, reduzindo assim o risco de acidentes. A entrevista vai



ao ar hoje, às 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30.

O objetivo do senador, ao apresentar o projeto, é evitar tragédias como a ocorrida no

Shopping de Osasco, que ocasionou a morte de dezenas de pessoas, vítimas de uma explosão causada por vazamento de gás.

Juvêncio debate gestão de recursos hídricos

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) apresentou projeto instituindo a Política Nacional de Recursos Hídricos e criando um sistema de gerenciamento desses recursos. Este é o tema da entrevista com o senador que a TV Senado exibe hoje, às 13h30 e 19h30.



Juvêncio da Fonseca

Segundo o senador, o projeto abre caminho para uma série de discussões sobre o uso e a cobrança da água no país, de forma a garantir a existência desse recurso no futuro, e envolve até a possível privatização do setor de saneamento.

Cândido fala sobre facilidades para deficientes

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) fala hoje, às 9h30 e 18h30, na TV Senado, sobre projeto, do qual é o relator na Comissão de Assuntos Sociais, que regulamenta um dispositivo constitucional referente a normas para facilitar o cotidiano dos portadores de deficiências físicas. Segundo o senador, o objetivo do projeto é dar dignidade ao deficiente.

Cândido lembrou que, desde a promulgação da Constituição de 88, já estavam previstas normas específicas para construção de prédios e logradouros públicos adaptados para o uso de deficientes físicos, só que a lei não era aplicada por falta de regulamentação. "O projeto visa corrigir isso", explica.

Para Jefferson, "lei da mordaza é um casuísmo retrógrado"

Senador considera necessário fortalecer a proteção da intimidade, "mas não ao preço de sacrificar a liberdade de informação"

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) condenou na sexta-feira, em Plenário, o projeto de lei que proíbe juízes, membros do Ministério Público e delegados de darem informações acerca de casos sob investigação, e que ficou conhecido como "lei da mordaza". Na opinião do senador, o princípio da imprensa livre como condição fundamental para soluções de conflitos da sociedade deve orientar o Senado no momento da apreciação dessa matéria.

— A lei da mordaza é um casuísmo retrógrado, que conspira contra o direito do cidadão de informar-se livremente sobre fatos relativos a autoridades e instituições que afetam o conjunto da sociedade. Só poderemos cobrar responsabilidade e punir os excessos e desvios daqueles que, por de-

ver do ofício, lidam com essas informações, na mídia ou no aparelho de estado, se estivermos dispostos a preservar seu direito de desempenhar tal missão na mais ampla e completa liberdade — afirmou.

O senador disse compreender a intenção do autor da proposta de evitar as consequências sérias e muitas vezes irreparáveis de prejulgamentos e manifestações precipitadas, mas observou que as exceções não podem invalidar a regra. "Como diz o professor de ética jornalística Carlos Alberto Di Franco, um excesso de cautela jurídica pode, inadvertidamente, funcionar como aliado da impunidade", comentou.

Para Jefferson, é preciso fortalecer a proteção da intimidade e a salvaguarda da presunção de inocência de quem está sendo investigado, para



Jefferson Péres pede que o Senado se oriente pelo princípio da imprensa livre

evitar as condenações sem julgamento e os linchamentos morais. "Mas não ao preço de sacrificar a liberdade de informação", frisou.

Ademir denuncia atraso no pagamento a pescadores

A maioria dos pescadores não recebeu o salário mínimo que lhes é devido durante o chamado período de defeso (quando ocorre a reprodução dos peixes). A denúncia foi feita na sexta-feira pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), ao informar que apenas cerca de 30 mil pescadores em todo Brasil receberam o benefício em 1998, sendo que só no Pará existem mais de 150 mil pessoas vivendo da pesca.

Procurado pelo senador, o diretor adjunto do departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Rodolfo Torelli, se comprometeu a regularizar o pagamento do benefício no Pará. Ele também ficou de enviar uma equipe para verificar que medidas precisarão ser tomadas para que o problema não se repita nos próximos anos.

Ademir culpa o governo pelo problema. A burocracia, disse ele, exige que os pescadores interessados no benefício



Ademir Andrade critica burocracia imposta aos pescadores

procurem um posto da Delegacia Regional do Trabalho, onde deverão apresentar uma relação de seis documentos, entre eles a comprovação do exercício da atividade por três anos antes do defeso e o atestado da

Colônia de Pescadores.

Além disso, continua o senador, a situação é dificultada porque a relação deve ser renovada a cada ano e entregue também ao Ibama e ao Ministério da Agricultura. "O governo poderia, se quisesse ajudar os pescadores a trabalhar e a receber em dia o seguro-desemprego, unificar esses cadastros", propôs.

O senador disse ainda que os recursos acabam sendo destinados ao pagamento do serviço da dívida pública.

— É dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador e o governo deveria ter a coragem de dizer qual seu verdadeiro objetivo, ao invés de tentar enganar os pescadores e a própria sociedade — afirmou o senador.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) se solidarizou com Ademir e disse que, na verdade, o que falta ao país é uma política global para a pesca.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h55 — *Senado em Pauta*
2h — *Unip: Papiloma vírus — 2ª parte*
2h30 — *Jornal do Senado*
2h55 — *Senado em Pauta*
3h — *Cores do Brasil: Turismo em São Luís do Maranhão*
3h30 — *Entrevista: Senador Leomar Quintanilha fala sobre o uso de sensores para prevenir acidentes com gás*
3h55 — *Senado em Pauta*
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip: Papiloma vírus*
4h55 — *Senado em Pauta*
5h — *TV Escola: Crônicas da Terra: grandes navegações*
5h30 — *Cores do Brasil: Turismo em Sergipe*
5h55 — *Senado em Pauta*
6h — *Unip: Papiloma vírus — 2ª parte*
6h30 — *Debate: Senador Juvêncio da Fonseca e o secretário nacional de Recursos Hídricos, Raymundo Santos Garrido, falam sobre a gestão dos recursos hídricos*
6h55 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista: Senador Leomar Quintanilha fala sobre o uso de sensores para prevenir acidentes com gás*
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Cores do Brasil: Turismo em Marajó*
8h30 — *TV Escola — Crônicas da Terra: grandes navegações*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil: Turismo Alagoas*
9h30 — *Entrevista: Senador Geraldo Cândido fala sobre a lei de acessibilidade para doentes físicos*
10h — *Sessão especial em homenagem a Petrólio Portella (reapresentação)*
12h — *Cores do Brasil: Turismo em Ilhéus*
12h30 — *Entrevista: Senador Leomar Quintanilha fala sobre*

o uso de sensores para prevenir acidentes com gás

13h — *Cores do Brasil: Turismo em Ilhéus*
13h30 — *Debate: Senador Juvêncio da Fonseca e o secretário Nacional de Recursos Hídricos, Raymundo Santos Garrido, falam sobre a gestão dos recursos hídricos*
14h25 — *Senado em Pauta*
14h30min — *Sessão Plenária (vivo)*
18h30 — *Entrevista: Senador Geraldo Cândido fala sobre a lei de acessibilidade para doentes físicos*
19h30 — *Debate: Senador Juvêncio da Fonseca e o secretário Nacional de Recursos Hídricos, Raymundo Santos Garrido, falam sobre a gestão dos recursos hídricos*
20h30 — *Entrevista: Senador Leomar Quintanilha fala sobre o uso de sensores para prevenir acidentes com gás*
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Sessão Plenária (reapresentação)*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — *Música e informação*
14h30 — *Sessão plenária do Senado (ao vivo)*
Em seguida — *Música e informação*
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — *Música e informação*
20h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Nordeste*
Em seguida — *Música e informação*
21h — *Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida — *Música e informação*
21h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste*
Em seguida — *Música e informação*
0h — *Sessão Plenária do Senado (reprise)*
Em seguida — *Música e informação*

Gilvam homenageia servidor por 40 anos de dedicação ao Congresso

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) homenageou José de Queirós Campos, servidor aposentado da Câmara dos Deputados e do Senado, pelos 40 anos de dedicação ao Congresso Nacional. Ele testemunhou que o funcionário, durante seus quase 80 anos de vida, sempre deu demonstrações de cidadania, amor ao próximo e à causa pública, e também dedicação às letras, ao ensino e aos índios.

— Estamos homenageando o amante das letras e das artes, o profissional competente, o servidor público sempre lembrado por sua honradez, seriedade e dedicação. Tenho convicção de que contamos com o apoio e a aprovação dos demais se-

nadores. Esta homenagem especial é por todos os sonhos que ele cumpriu e representou — afirmou o senador.

Segundo Gilvam Borges, José de Queirós Campos iniciou sua vida profissional aos 11 anos de idade como orientador da Escola de Formação de Capatazes Agrícolas de Garanhuns. Em 1936, prosseguiu o senador, fundou e dirigiu na sua cidade natal, Brejo da Madre de Deus (PE), o quinquênio *O Imparcial*, e dois anos após, em Recife, foi redator e repórter do *Diário da Manhã* e da *Folha da Manhã*.

Gilvam acrescentou que, ao ser aprovado em concurso público para a Câmara dos Deputados, José de Queirós Campos exerceu os cargos de técnico de legislação e orçamen-



Gilvam Borges destacou "o servidor público sempre lembrado por sua honradez"

to, e de assessor legislativo. Aposentado da Câmara, submeteu-se a novo concurso, desta vez para o Senado, onde ocupou o cargo de assessor legislativo, especialista em direito constitucional.

Tião Viana faz alerta sobre grilagem de terras indígenas

Venda de 3,2 milhões de hectares para empresa norte-americana é apontada pelo senador como sinal de ameaça à soberania nacional

O fato de uma empresa norte-americana ter conseguido comprar ilegalmente terras dentro da reserva Kayapó, no Pará, revelado pela revista *IstoÉ*, levou o senador Tião Viana (PT-AC) a alertar para os riscos de perda da soberania nacional decorrentes da "biopirataria, da exploração de matérias-primas e do saber das populações tradicionais".

Conforme a denúncia, a empresa foi criada apenas para obter financiamentos a fundo perdido junto a bancos norte-americanos que investem em projetos humanitários na Amazônia. A área vendida para a Allied Cambridge LLC, associada à Worldwide Ecological Handling Rimer Corporation, totaliza 3,2 milhões de hectares – o equivalente ao território da Bélgi-



Tião Viana não entende como o cartório de São Félix registrou venda feita ilegalmente

ca – e a venda foi registrada e escriturada pelo cartório de São Félix do Xingu (PA).

– Apesar de totalmente ilegal, o negócio não foi desfeito e o cartório de São Félix não recebeu qualquer punição da Justiça – afirmou o senador.

Para Tião Viana, a grilagem é "um dos mais poderosos e persistentes instrumentos de domínio e concentração fundi-

ária" e esteve na origem de mais de 15 conflitos envolvendo terras indígenas nos últimos dois anos.

A entrada de empresas internacionais nesse conflito assume, na opinião do senador, "dimensões ainda mais alarmantes, pois envolve a grave e difícil questão de fronteiras e soberania nacional".

Ademir Andrade (PSB-PA), em aparte, sugeriu o encaminhamento de

um pedido de informações ao Executivo sobre o assunto, apesar de considerar que o governo "não atende trabalhadores rurais nem sabe responder a problemas tão graves como o da reserva Kayapó".

Ele disse que já questionou o governo sobre a suposta compra de uma área de 5 milhões de hectares, em Altamira (PA), pela C. R. Almeida e não recebeu explicação nenhuma. Edison Lobão (PFL-MA) estranha a demarcação de 12% do território nacional como terras indígenas, mas concluiu que, "com sua ocupação, eles preservam essa área para o país".

Lúdio Coelho (PSDB-MS) manifestou preocupação com a possibilidade de o Brasil ser invadido por forças internacionais alegando proteção a nações indígenas. Para Marluce Pinto (PMDB-RR), as reservas indígenas "criaram uma situação muito difícil entre índios e não-índios". Ela questionou a necessidade de demarcar milhares de hectares de terra, pois, a seu ver, os índios não têm condições de explorá-las.

Marluce diz que investimentos na região Norte ajudariam a combater a miséria

A efetiva colonização da região Norte poderia ser uma grande contribuição aos esforços do país para diminuir a miséria, segundo a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). Em discurso feito sexta-feira, em Plenário, a senadora disse que há terra e água com fartura na região, mas faltam investimentos em infra-estrutura para viabilizar o desenvolvimento econômico.

– Em Roraima, bem como na maioria dos estados do Norte, vivemos um ostracismo imposto contra a vontade de nosso povo – disse Marluce.

No caso de Roraima, acrescentou, o aumento da produção de alimentos e de bens industrializados poderia abastecer tanto o mercado interno como países vizinhos, como a Venezuela e a Guiana. Mas, ponderou, o vazio demográfico e a falta de infra-estrutura básica inviabilizam a instalação de pólos industriais e até mesmo o surgimento de empresas de médio porte.

Marluce lembrou a necessidade de implantar projetos para interiorizar o desenvolvimento, como o asfaltamento da BR-174 no trecho que liga o estado do Amazonas à cidade de Caracará, em Roraima, e a assinatura do acordo com a Venezuela para a venda de ener-

gia elétrica do complexo de Guri.

Para a senadora, não há como compactuar mais com a distribuição dos investimentos no Brasil. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que, dos R\$ 80 bilhões em investimentos programados pelo setor privado para o ano 2000, 64,3% serão destinados ao Sudeste, 17,6% para o Nordeste, 7,5% para o Norte e 1,2% para o Centro-Oeste. Também segundo o Ipea, dos investimentos estrangeiros realizados de 1988 a 1997, 90% foram aplicados no Sudeste.

Se esses recursos fossem melhor distribuídos, acredita ela, cairiam muito os índices de pobreza e miséria. Marluce chamou atenção para o que disse recentemente o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, alertando para o risco embutido nas grandes desigualdades sociais. "Um dia isso acaba em confronto", afirmou ele. A senado-



Marluce Pinto: região Sudeste recebeu 90% dos investimentos entre 88 e 97

ra diz que "é hora de sair dos discursos e partir para ações concretas para reverter o quadro de empobrecimento de países como o Brasil".

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse concordar com a tese do desenvolvimento da Amazônia como alternativa na luta contra a pobreza.

Na opinião do senador Pedro Simon (PMDB-RS), é preciso ver o quanto há de injustiça na distribuição de renda quando se observa o número de favelas nas cidades da região Sudeste, área melhor aquinhada com os investimentos feitos pelos setores privado e público. O senador atribuiu essa realidade às elites brasileiras

– Estamos aquém da grandeza e dos destinos do país – afirmou Simon, dizendo que, se fosse pobre e sua família estivesse passando fome, não hesitaria em quebrar a vitrine de uma padaria para conseguir alimento.

Artur da Távola critica uso de *merchandising* nos livros didáticos

A publicidade em livro didático "deve ser rechaçada de modo frontal", defendeu da tribuna do plenário o senador Artur da Távola (sem partido-RJ). O parlamentar elogiou a postura do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que qualificou a prática como "um absurdo".

O representante do Rio de Janeiro anunciou que prepara um projeto de lei proibindo a existência de *merchandising* em livros didáticos. Segundo o dicionário *Aurélio*, entende-se por *merchandising* a "designação corrente da

propaganda não declarada feita através da menção ou aparição de um produto, serviço ou marca durante um programa de televisão ou de rádio, filme, espetáculo teatral etc."

Artur da Távola afirmou nada ter contra o *merchandising* utilizado na televisão e também no cinema. Para ele, é um processo válido, que depende apenas da inteligência do consumidor. Sua utilização em livros didáticos, no entanto, leva a criança e o adolescente a confundirem valores com consumo.

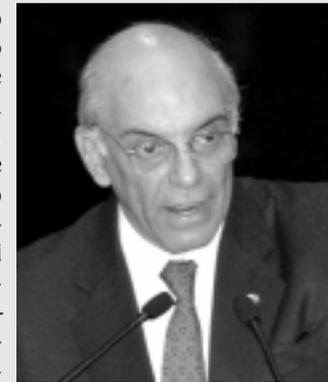
– Será necessário colocar produto (em um anúncio no livro) para dar aula de gramática? Não é assim que vamos montar uma geração capaz de ter uma visão inteligente da sociedade. Está por trás disso uma ideologia que entra na

mente infantil para formar o consumidor acrítico, de joelhos diante do produto, e para quem o único valor na vida será ter sua capacidade de consumo aumentada. É um processo muito grave – advertiu o senador.

O parlamentar citou vários exemplos de *merchandising* em livros didáticos relatados pelo *Jornal do Brasil*. Ele afirmou que, em países capitalistas com uma boa formação educacional, processo semelhante ocorre, "mas existe, do outro lado, a inteligência do consumidor", que seria capaz de olhar para o mundo e fazer com que o consumo não seja o valor principal.

Távola afirmou que no ensino fundamental, devido à grande presença do Estado, não se encontra *merchandising* nas páginas dos livros didáticos. Ele defendeu a competência do Congresso Nacional para legislar fora do âmbito do Ministério da Educação, onde prevalece a livre empresa.

– Já chega o comando que a sociedade de consumo tem sobre nossos atos. Temos de preparar a criança para ter discernimento diante do seu tempo. Não existe mais o lazer da reflexão, do pensamento, principalmente da leitura. Existe o lazer que está impregnado pela televisão ou que leva a pessoa ao *shopping*, ao supermercado – disse.



Távola: "Não é assim que vamos montar uma geração capaz de ter uma visão inteligente"

CPI dos Medicamentos pedirá urgência para projeto de Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) informou sexta-feira que projeto de lei de sua autoria, já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados, terá a urgência na tramitação recomendada no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos medicamentos da Câmara. A informação, contou Jucá, foi dada pelo relator da comissão, deputado Ney Lopes (PFL-RN).

O projeto de Jucá prevê que remédios anunciados e vendidos pela televisão devem exibir no anúncio o número de autorização da Vigilância Sanitária para sua comercialização.

– São produtos que prometem fazer emagrecer, acabar com varizes e celulites ou provocar o crescimento do cabelo. Muitas vezes, produtos importados, sem controle da Vigilância



Jucá espera que anúncios de remédios exibam autorização da Vigilância Sanitária

Sanitária e anunciados e vendidos através de concessão pública. O produto, para ser anunciado na TV e no rádio, precisa ter autorização do Ministério da Saúde. As TVs estão ajudando a vendê-los – afirmou.